

11º CONGRESSO GIFE/ FRONTEIRAS DA AÇÃO COLETIVA

AVALIAÇÃO E IMPACTO

I. CONTEXTO, DESAFIOS & OPORTUNIDADES

- 1. Vivemos em um contexto nacional com discursos políticos de negação da ciência e da tomada de decisão com base em evidências, no qual há diminuição dos recursos públicos para pesquisa científica e acadêmica.**
- 2. A crise sanitária, humanitária, ambiental e econômica que atravessa o país traz muitos desafios para o campo da filantropia**

e das políticas públicas, especialmente pela complexidade das questões emergentes e pela escassez de recursos disponíveis.

- 3. As questões sociais e ambientais que se apresentam são cada vez mais complexas, assim como as respostas para esses problemas.** Neste cenário, a avaliação torna-se mais desafiadora ainda. Os problemas exigem respostas rápidas, para as quais as quais são necessários dados, que nem sempre estão disponíveis;
- 4. Atuação em rede, forma mais potente para o enfrentamento a esses desafios sociais, dificulta pensar em atribuição (causalidade).** À avaliação torna-se cada vez mais complexo estabelecer relações entre os resultados de uma intervenção e a atuação específica de uma organização dentro de uma rede de parceiros.
- 5. Em resposta a posicionamentos anti-ciência, movimentos da sociedade civil têm fortalecido o debate e a luta para a importância da ciência, da pesquisa, de estudos e reflexões, seja no âmbito acadêmico, no investimento social privado e das políticas públicas.**
- 6. A produção de conteúdo nacional em avaliação ainda é tímida, mas crescente e com qualidade cada vez maior.** A retomada da Revista Brasileira de Avaliação mostra-se como mais uma oportunidade para divulgação de saberes e fortalecimento do campo.

- 7. No Brasil, o lançamento das Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil representa um marco e grande avanço para o campo,** trazendo os contornos e princípios para a realização de avaliações de qualidade, preenchendo uma enorme lacuna com este referencial. Como se observa no cenário global, é crescente a profissionalização do campo.
- 8. Em 2018, o "Evidence Act" publicado nos EUA encoraja o uso de dados para a tomada de decisões sobre políticas públicas** em todas as agências federais, priorizando as avaliações.
- 9. É possível também reconhecer a crescente relevância da avaliação no ISP brasileiro,** com mais recursos e esforços sendo empreendidos para realização de avaliações.

AVALIAÇÃO E IMPACTO

II. PRIORIDADES DOS PRÓXIMOS ANOS PARA FORTALECIMENTO & DESENVOLVIMENTO

- 1. A complexidade dos problemas e a atuação em rede exigem que as avaliações também encarem a realidade como sistemas interligados, interdependentes e complexos, seguindo a forma como o campo tem respondido a essas questões.**
- 2. As avaliações de programas e projetos complexos, operados por múltiplos parceiros, tendem a priorizar o olhar da contribuição (frente à abordagem da atribuição**

ou causalidade), o qual tem dialogado melhor com as necessidades informacionais do campo da filantropia.

- 3. O monitoramento (ou gestão do impacto para os negócios de impacto) deve ganhar cada vez mais espaço, recobrando seu papel como processo fundamental** não só para a gestão das iniciativas, mas também para a realização de avaliações. Essa relação entre ambos (monitoramento e avaliação) deve cada vez mais ser fortalecida.
- 4. Além disso, a potência do monitoramento para suprir necessidades informacionais imediatas também o traz para o centro das atenções.** Os investimentos em sistemas de gestão da informação têm sido cada vez mais frequentes no campo do ISP.
- 5. A avaliação para a promoção equidade e para o combate às desigualdades é um dos temas candentes,** já que cada vez mais sabe-se que não é possível desenhar, planejar e executar programas que favoreçam a promoção da equidade, se as avaliações não incorporam este olhar evidenciando situações de desigualdades, denunciando estruturas e mecanismos de opressão

AVALIAÇÃO E IMPACTO

III. ORIENTADORES

- 1. O fortalecimento do campo da avaliação passa pelo reforço de uma cultura avaliativa nas organizações.** Mais do que apenas manter, é preciso ampliar a pauta da avaliação nos debates, difundindo entre os diversos atores do ISP conhecimentos fundamentais para a boa prática avaliativa.
- 2. Ao se decidir por iniciar uma avaliação saber:** (a) o quê, quando, porquê, como e para que avaliar; (b) fazer briefings consistentes, avaliar propostas, compartilhá-las e fazer escolhas ponderando múltiplos fatores; (c) alinhar com equipe e avaliadores processos, prazos e expectativas quanto aos produtos da avaliação.
- 3. Durante os processos de avaliação saber:** (a) como acompanhar processo avaliativo, orientando decisão em eventual necessidade de mudanças de rumos; (b) comunicar com os stakeholders envolvidos (equipe do projeto e da organização, governança, parceiros de implementação, co-financiadores etc.) de modo a engajá-los durante o processo.
- 4. Ao final ou depois dos processos de avaliação:** (a) fazer uso dos resultados, incorporando aprendizados, aprimorando efetividade das ações; (b) comunicar resultados para diversos públicos, fortalecendo o projeto e a organização.
- 5. Neste caminho de fortalecimento de uma cultura avaliativa no campo do ISP é importante que diferentes atores estejam envolvidos nesses diálogos.** Não só as equipes de avaliação, mas também as equipes das áreas programáticas, tanto de financiadores como dos financiados, mas também outros atores do campo da avaliação, tais como a RBMA, consultores e universidades, enriquecendo os debates.